

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 36/2022 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DO RECIFE PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

Acrescentar ao Projeto/Atividade **2901.14.422.1.222.2.029 - IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**, do Programa 1.222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E IGUALDADE RACIAL da Secretaria de Desenvolvimento Social, ~~Trivão Nº 36/2022~~ **EMENDA MODIFICATIVA Nº 60 AO PLEN Nº 36/2022** sobre Drogas, no Eixo Estratégico: Desenvolvimento Social, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para garantir continuidade às atividades de formação técnica, profissionalizante e de promoção da empregabilidade de pessoas trans, travestis e transmasculinas, por meio da descrição **00357 - POLÍTICA LGBTI**

Os recursos são provenientes da anulação parcial de igual valor na Dotação Orçamentária que segue: **2501.04.122.2.160.2.098 - EMENDA PARLAMENTAR**, da Secretaria de Governo e Participação Social.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 18 de outubro de 2022

JUSTIFICATIVA

A população de trans, travestis e transmasculinos sofre uma constante vulnerabilização devido à falta de políticas públicas que dêem a assistência necessária para se garantir uma cidadania plena, sendo excluída desde a convivência familiar, o acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho formal, o que subjuga estes corpos à exploração sexual, resultando muitas vezes em sua morte. Cabe destacar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo¹, onde 11 pessoas trans são agredidas diariamente², a cada dois dias uma pessoa trans é assassinada³ e o medo é uma realidade constante em suas vidas. A maior parte das vítimas é jovem, negra, pobre e feminina. De acordo com pesquisa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 99% da população LGBTI não se sente segura no Brasil. Nos últimos dez anos, tivemos no país, um aumento de 75% do número de assassinatos de pessoas trans, o que revela a ausência de políticas públicas eficazes que protejam essas pessoas detentoras de direitos. Estamos falando de pessoas que quando assassinadas, em sua maioria (77%), os assassinos usam requintes de crueldade,

¹ Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

² Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossie3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>> . Acesso em: 05 outubro 2021.

³ Idem.



característica que prevalece nos crimes de ódio. 47% desses assassinatos são com armas de fogo, 24% estrangulamento/espancamento, 21% facadas e 8% outras formas. Há, no Brasil, uma ausência de dados relativos à empregabilidade de pessoas trans, travestis e transmasculinas, sendo o último relatório realizado pela ANTRA há mais de dez anos. Este relatório aponta que 90% das pessoas trans e travestis estão em situação de prostituição, ocupação de alto risco e instabilidade financeira, o que vulnerabiliza ainda mais suas existências. Frisamos também que a média de vida de uma pessoa trans ou travesti no Brasil é de 33 anos. Portanto, mais do que necessária, é urgente a promoção de ações que visem à prevenção e ao combate a qualquer forma de violência contra a população trans, travestis e transmasculinos no Brasil. E uma dessas formas, é a promoção de formações e cursos de qualificação profissional e técnica para garantia da inserção da população transsexual, travesti e transmasculina no mercado de trabalho formal.

Nesta perspectiva, propomos destinar R\$ 30.000,00 da anulação parcial de igual valor na Dotação Orçamentária da Emenda Parlamentar para a operação da Política LGBTI, no intuito de que tal orçamento seja reunido com outras destinações orçamentárias de Emenda Parlamentar para a garantir a continuidade de ação voltada à formação técnica e profissional e promoção da empregabilidade de pessoas trans, travestis e transmasculinas da cidade de Recife, tal como em 2022. A ação prevê uma atuação intersetorial da gestão pública em parceria com os movimentos sociais e outras parcerias que se mostrarem estratégicas para a execução desta.

